



MEMÓRIA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA – 2021

Aos onze dias do mês de junho de 2021, das 10 às 12 horas, realizou-se por via videoconferência a 41ª Reunião Ordinária da Rede de Controle da Gestão Pública do ano de 2021. Estavam presentes os representantes das seguintes instituições: Advocacia-Geral da União – AGU; Controladoria-Geral da União – CGU; Controladoria-Geral do Estado do Paraná – CGE/PR; Departamento da Polícia Federal – DPF; Ministério Público de Contas do Estado – MPC; Ministério Público do Paraná – MPPR; Ministério Público Federal – MPF; Observatório Social do Brasil – OSB; Procuradoria-Geral do Estado do Paraná – PGE/PR; Receita Federal do Brasil – RFB; Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA; Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF; Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP; Tribunal de Contas da União – TCU; e Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR. Registrada a ausência de representantes da Assembleia Legislativa do Paraná – ALEP; Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR; Ministério Público do Trabalho – MPT; e Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR. A sessão foi presidida pelo Coordenador Executivo, Maurício Kalache, e secretariada pela Controladoria-Geral do Estado.

Maurício Kalache (MPPR), como Coordenador Executivo, abriu a reunião e, inicialmente, cumprimentou e agradeceu a participação de todos os presentes. Preliminarmente, submeteu aos membros do Colegiado a aprovação da ata da 40ª Reunião Ordinária, que teve anuência plena. Após, passou a palavra ao **Luciano Cássio** para apresentar a fase atual do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção.

Luciano Cássio (TCU) discorreu sobre o cronograma previsto para o Programa Nacional de Prevenção à Corrupção. Basicamente: maio a agosto, autoavaliação; agosto a setembro, homologação; setembro a novembro, consolidação; e dezembro, divulgação de resultados. Deixou aberta a palavra para questionamentos.

Ney da Nóbrega Ribas (OBS) questionou sobre a adesão dos municípios.

Luciano Cássio (TCU) apresentou algumas estatísticas e esclareceu que, de forma geral, o Paraná está tendo um bom retorno. Até o presente momento, 12 entidades

concluíram as questões da autoavaliação. Porém, são necessários esforços para convencer aos gestores sobre a finalidade da ferramenta e-Prevenção.

José Willian Gomes (CGU) indagou sobre a estratégia de marketing e divulgação.

Luciano Cássio (TCU) informou que já foram realizados o lançamento nacional e técnico da ferramenta. Acredita que, para fomentar a ação, serão necessárias reuniões com grupos focais, além de treinamentos e eventos de menor porte.

Raul Clei Cocco Siqueira (CGE/PR) questionou sobre a segregação dos órgãos no âmbito do Poder Executivo Estadual, tendo em vista a vinculação de entidades às Secretarias.

Daniele Talamini (AGU), complementarmente, solicitou a forma de segregação dos órgãos no âmbito federal, bem como a distribuição das questões.

Luciano Cássio (TCU) explicou que neste primeiro momento foram inseridos todos os órgãos/entidades dos três poderes. Porém, serão necessários ajustes. Por fim, esclareceu que a matriz apresenta 45 questões e são direcionadas conforme classificação do órgão/entidade. Por exemplo: no questionário das câmaras são contempladas apenas 22 questões.

Maurício Kalache (MPPR) discorreu sobre como foi o processo de conhecimento do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção no Ministério Público do Estado do Paraná. Acrescentou que os lançamentos do Programa foram de grande relevância para a compreensão e adesão. Assim, indagou se já houve o cadastramento dos municípios e como foi realizado.

Luciano Cássio (TCU) destacou que os cadastros dos municípios do Estado do Paraná foram baseados nas informações disponibilizadas pelo TCE/PR. Após o evento de lançamento nacional, foi enviado convite, via e-mail, aos contatos cadastrados (dirigente, controle interno e financeiro).

Maurício Kalache (MPPR) apresentou seu ponto de vista em relação ao convite. Acredita que, para haver maior adesão e efetividade, tem que começar no maior nível da hierarquia. Se colocou à disposição para participar da reunião da Comissão Permanente de Prevenção e Controle Social, a fim de auxiliar nas estratégias de impulsionamento do Programa.

Raul Clei Cocco Siqueira (CGE/PR) também prestou apoio à Comissão para auxiliar na distribuição das responsabilidades, bem como solicitou a possibilidade de disponibilização da lista de órgãos do Poder Executivo Estadual cadastrados para ajustes e emissão de alertas.

Maurício Kalache (MPPR) sugeriu uma reunião com os dirigentes máximos dos Poderes, como: Governador, Chefe da Casa Civil, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Presidente da Assembleia Legislativa, Presidente do Tribunal de Justiça, além de representantes da Associação de Municípios.

Luciano Cássio (TCU) informou que Redes de Controle de Gestão Pública de outros Estados estão encaminhando ofícios para divulgar o Programa Nacional de Prevenção à Corrupção.

Maurício Kalache (MPPR) mostrou-se favorável à ação. No entanto, antes de realizar qualquer ação, prefere reunir-se com a Comissão para alinhamento das estratégias e posterior distribuição.

Waldemir Paulino Paschoioto (TCU/SC) apresentou a ação Força Tarefa Cidadã que tem por finalidade unir o controle social com o controle oficial da gestão pública, evitando sobreposição e exponencializando as ações de fiscalização e monitoramento.

Maurício Kalache (MPPR) agradeceu a exposição. Após, discorreu sobre a ação de fiscalização dos consórcios em conjunto do MPPR, TCU/PR, CGU/PR e TCE/PR, bem como sobre a necessidade de revisão da Nota Técnica da Rede para a elaboração de um *checklist* padrão/comum, considerado as novas exigências imputadas, como na LGPD. Solicitou que o **Leonardo Dumke Busatto** avaliasse a necessidade de revisão na Comissão. Concluiu apontando a falta de transparência em muitos municípios.

Francisco Bignardi (RFB) contextualizou a ação da Rede. Os trabalhos foram iniciados pela Comissão da época que analisaram a Lei de Acesso à Informação nos sites municipais, resultando na edição de TAC's. No entanto, a preocupação era quem acompanharia. Assim, foi firmado um Termo de Cooperação entre a CGE, CGU e Universidade Positivo para que os alunos elaborassem os relatórios, que até os dias atuais são de grande utilidade. Aproveitando a apresentação **Waldemir Paulino Paschoioto**, oportunizou-se a dizer que foi incluído no plano estratégico da Comissão Permanente de Prevenção e Controle Social expandir a ação Força Tarefa Cidadã.

Maurício Kalache (MPPR) propôs a criação de um grupo de estudo para compreender os aspectos polêmicos de transparência no âmbito do direito e da contabilidade pública.

Francine Lia Wosniak (MPPR) informou os temas abordados nos bate-papos da Comissão Permanente de Capacitação e Proposição Legislativa no primeiro semestre, bem como que na próxima reunião da Comissão serão definidos os temas do 2º semestre de 2021, abrindo a possibilidade para que os membros do Colegiado encaminhassem sugestões de temas.

Conrado Schramme (CGE) relatou que a Comissão Permanente de Acesso, Intercâmbio de Informações e Inteligência está cruzando as experiências de LGPD e bancos de dados dos órgãos envolvidos. Também alertou que o banco de dados da Rede já está disponível para os membros cadastrados do Colegiado.

Leonardo Dumke Busatto (MPPR) discorreu sobre os temas inseridos no plano anual de ação da Comissão Permanente de Prevenção e Controle Social, já apresentado ao Colegiado na 40ª Reunião Ordinária, e pontuou sobre a legitimidade dos órgãos de controle estaduais para ações repressivas no âmbito da transparência pública. Concordou com a realização de uma reunião para tratar da atuação da Rede de Controle no programa Força Tarefa Cidadã e no Programa Nacional de Prevenção à Corrupção.

Ney da Nóbrega Ribas (OBS) aproveitou a oportunidade para deixar a reflexão sobre a definição de uma metodologia na transparência nos consórcios. Sugeriu a capacitação dos autores envolvidos, edição de cartilhas de esclarecimentos de competências, entre outros.

Maurício Kalache (MPPR) reforçou a necessidade de uma nota técnica para definir o que pode ser cobrado ao gestor e não confundir exigência legal com boas práticas.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião.

DELIBERAÇÕES			
nº	Ação	Responsável	Previsão
1	Disponibilização da lista de órgãos cadastrados no e-Prevenção à CGE/PR.	Luciano	-
2	Criação do grupo de estudo acerca da transparência.	Colegiado	-